

Senadores reagem no mesmo tom

Daniela Nahass

Da equipe do Correio

Os ataques feitos por Antonio Carlos Magalhães em seu discurso de renúncia aos membros do Conselho de Ética provocaram reações imediatas dentro do Senado. ACM foi comparado aos anões do Orçamento, deputados federais acusados de desviar dinheiro público que renunciaram para não perder os direitos políticos. "A renúncia não tem nenhum motivo nobre. É mera fuga, como os anões do Orçamento fizeram", disse o senador Roberto Freire (PPS-PE). Freire também atacou o tom moralista do discurso de ACM. "Ele vem aqui como se fosse o campeão da moral e ataca o governo que ele serviu por tanto tempo", indignou-se.

O relator do Conselho de Ética, senador Saturnino Braga (PSB-RJ) reagiu com ironia ao fato de ACM ter lembrado em seu discurso que ele deixou a prefeitura do Rio de Janeiro falida. "Ele deve ter ido ao seu armário cheio de dossiês buscar alguma coisa contra mim. Como não conseguiu, veio com essa história da falência. Agora, eu voltei ao Senado. Vamos ver se ele vai voltar", desafiou.

O presidente do Conselho de Ética, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), chamado de "rábula (aprendiz do Direito) do pantanal" por ACM, disse que os conselheiros não proferiram um veredicto definitivo a respeito do caso e negou que tenha havido um pré-julgamento. "O Conselho apontou uma direção pela quebra de decoro. Se os dois senadores renunciaram, foi por razões íntimas. A renúncia é um ato unilateral", afirmou. Para Tebet, o discurso do ex-presidente do Congresso estava cheio de ódio.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) também saiu em defesa do Conselho de Ética. "O Conselho cumpriu a sua obrigação constitucional. O povo do Brasil julgou Antonio Carlos Magalhães por sua história de trevas, arrogância e corrupção, mas não foi esse o julgamento feito pelo Conselho de Ética", disse. Para o senador Pedro Simon (PMDB-RS), a renúncia de ACM significa o fim de um ciclo que começou com as Capitâneas Hereditárias. "O coronelismo terminou. Antonio Carlos pode até voltar para esta Casa, mas como um senador comum, não com arrogância", disse.

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) saiu em defesa do governo, chamando ACM de traidor. "O que fica reafirmado

em seu último discurso no Senado são as maiores marcas da sua personalidade: mentiroso, traidor e chantagista". Antero disse também que o senador baiano não pode fazer críticas à crise do setor energético porque foi o responsável por indicações nesta área. "Vossa Excelência é réu. Não era dono apenas do Ministério das Minas e Energia, mas também da Eletrobrás e da Chesf", disse. Irônico, Barros destacou que ACM foi fiel apenas ao governo do ex-presidente Fernando Collor, que sofreu impeachment. "O senador Antonio Carlos Magalhães foi leal até o último instante com o governo do ex-presidente Collor. Sentiu-se muito mais identificado com o governo comandando por PC Farias. A afinidade era tanto que ambos foram cassados", disse.

Os ataques e críticas dos senadores foram feitos quando Antonio Carlos já havia deixado de ser senador e tinha se retirado do plenário. O líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), tentou defender o senador baiano dizendo que ele não podia mais se defender. "Quando ele vira as costas há um verdadeiro ataque a quem não tem mais o direito de se defender", disse. Como resposta, Freire e Barros disseram que ACM não permitiu apartes durante o seu discurso.

PROCESSO SIM

O PT estuda uma maneira de evitar que Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda escapem das penalidades previstas pelo crime por quebra de decoro parlamentar: a perda dos direitos políticos por oito anos. O deputado federal Waldir Pires (PT-BA) está analisando a possibilidade de entrar com uma ação judicial no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo que o processo não seja arquivado pela Mesa do Senado. A ação tem como base a Emenda Constitucional nº 6 que prevê que "a renúncia não impedirá o prosseguimento do processo que vise ou possa levar à perda do mandato parlamentar".

O partido ainda não chegou a uma conclusão definitiva sobre o assunto. A iniciativa tem o apoio do líder do PT na Câmara, Walter Pinheiro (PT-BA), mas não tem o apoio da bancada do PT no Senado. "Fazer isso agora pode parecer oportunismo. Defendemos o voto aberto no Conselho de Ética porque entendemos que ainda não existia o processo de investigação. Se concordamos com isso agora seremos incoerentes", justificou o líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE).

Ronaldo de Oliveira



HELOÍSA HELENA COM JADER BARBALHO: "O POVO DO BRASIL JULGOU ANTONIO CARLOS MAGALHÃES POR SUA HISTÓRIA DE TREVAS, ARROGÂNCIA E CORRUPÇÃO"